

Manifestação da Congregação
da Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp – Campus de Marília,
sobre a *Proposta de Sustentabilidade para a Unesp – Parte III – Reforma Acadêmica*

A Congregação da Faculdade de Filosofia e Ciências, reunida em 19 de março de 2019, com base em resultados de intensa discussão com a comunidade local, vem apresentar sua manifestação sobre o documento *Proposta de Sustentabilidade para a UNESP – Parte III – Reforma Acadêmica*, elaborado pela atual gestão reitoral da Unesp.

1. A discussão principal a ser travada hoje é a crise de financiamento e gestão da UNESP, cenário previsível pelas opções das diferentes gestões reitorais pela expansão da universidade sem a contrapartida de financiamento público por parte do governo estadual. Porém, custa-se a acreditar termos chegado ao ponto do não pagamento, aos servidores autárquicos (docentes e funcionários), do 13º salário de 2018, direito inalienável do trabalhador.

Nesse sentido, evidencia-se uma crise de gestão, que se agrava com o *Termo de Compromisso*, datado de 12/02/2019, estabelecido entre o Reitor da Unesp e o governo do Estado de São Paulo, por meio das secretarias do Desenvolvimento Econômico e a da Fazenda e Planejamento. Esse Termo, que foi assinado pelo Reitor sem consulta prévia ao Conselho Universitário, fere o princípio da autonomia universitária, caracterizando intervenção do governo estadual na UNESP com consentimento do Reitor, em condições de total submissão da instituição ao poder executivo estadual, sem nem mesmo estar garantida a contrapartida de suplementação de recursos. Ao contrário, caso se cumpram as cláusulas “draconianas” desse documento, enfrentaremos novos problemas financeiros, já que não se trata de suplementação, mas apenas **antecipação** de recursos, que serão deduzidos da quantidade de cotas repassadas à Unesp a partir de junho do corrente ano (Cláusula Quinta).

Igualmente grave é o conteúdo das cláusulas primeira, segunda e quarta, desse *Termo de Compromisso* (2019): a Unesp “[...] se compromete a consolidar ações em andamento e evoluir nas **reformas administrativa e acadêmica** necessárias para alcançar o equilíbrio orçamentário e financeiro” (Cláusula Primeira, grifo nosso); aceita o **acompanhamento** e o **monitoramento** dos “[...] indicadores e os resultados econômicos das reformas administrativa e acadêmica em curso ou a implementar” (Cláusula Segunda, grifo nosso) e aceita condicionar a “[...] antecipação das quotas orçamentárias [...] à **evolução favorável das**

medidas de reforma necessárias para a redução de despesas da UNESP". (Cláusula Quarta, Parágrafo I, grifo nosso). Tal fato inviabiliza uma discussão isenta de pressão e realmente democrática.

2. Ciente desse cenário de “intervenção consentida”, não é demais endossarmos outras manifestações críticas que vêm sendo divulgadas na universidade (como as da FE/Guaratinguetá, da FC/Bauru e da ADUNESP) e indicam os limites das reformas propostas pela Reitoria da UNESP. Em relação à proposta de Reforma Acadêmica, o documento da Reitoria caracteriza ruptura do modelo atual de universidade da UNESP, sem diagnóstico consistente da instituição no que tange, especialmente, a suas atividades-fim. Dados equivocados e lançados ao acaso são tomados como verdadeiros, como em relação à evasão discente em cursos de graduação em Ciências Sociais.

3. A envergadura da mudança proposta, requer, numa gestão democrática, canais efetivos de participação da comunidade universitária, por meio de Assembleia Universitária, prevista no Artigo 103, do *Estatuto da UNESP*, para ser realizada ordinariamente e por convocação do Conselho Universitário, com finalidade de “[...] **manifestar-se sobre as atividades desenvolvidas pela Universidade, bem como sobre a programação futura.**” (grifo nosso)

4. Outra necessidade, não menos importante, é recuperar o processo participativo da comunidade unespiana de 2008, quando foi finalizada a última edição do *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)*, para cuja elaboração os colegiados locais e centrais, por meio de teses propositivas, cumpriram uma intensa agenda de discussão democrática sobre a universidade, culminando no Encontro realizado nos dias 30 e 31 de julho, na cidade de Águas de Lindoia/SP, oportunidade em que os colegiados centrais (Conselho Universitário, Cepe e Cade) definiram o atual PDI.

5. A leitura do documento *Proposta de Sustentabilidade para a Unesp – Parte III – Reforma Acadêmica* sugere a imposição de um “dever-fazer-sempre”, desprovido da argumentação de por que e para que fazer. Os elaboradores do documento partem de supostas evidências e consensos que mascaram ausência de diagnóstico devidamente fundamentado e presença de divergências de modelos de universidade: um, pautado na indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, com financiamento público; e outro (o da Reitoria), pautado na diversificação de financiamento, indicando a prioridade para financiamento por parte da iniciativa privada, com “flexibilização” como diretriz para as atividades-fim, travestida de discurso (pseudo)democrático, como a livre escolha por parte do aluno do seu currículo de curso, característica bem similar à suposta escolha dos “itinerários formativos” do estudante

do ensino médio estabelecidos na Lei Federal 13.415/2017. Também se faz presente o olhar das ciências duras como parâmetro de produção acadêmica, desconsiderando as especificidades das demais áreas do conhecimento, em especial as Ciências Humanas, e as contribuições dos *I e II Fóruns das Grandes Áreas do Conhecimento - Avaliação do Trabalho Docente* (2011), que se dedicaram a essa questão, que partiram de um diagnóstico elaborado a partir das unidades universitárias da UNESP, representadas por delegados eleitos também em evento institucional realizado em julho e dezembro de 2011, em Águas de Lindoia. A mudança de critérios para concursos de livre-docência e professor titular se insere nessa lógica e se constitui num endurecimento ao acesso à progressão da carreira, novamente prejudicando a área das Ciências Humanas, mas não só ela.

6. As premissas norteadoras da *Proposta de Sustentabilidade para a Unesp – Parte III – Reforma Acadêmica* se articulam em torno de conceitos como “sustentabilidade”, “empreendedorismo”, “flexibilização”, “diversificação” de fontes de financiamento, todos situados no campo discursivo-político neoliberal. As premissas da proposta da Reitoria, portanto, estão voltadas para o atendimento às “demandas do mercado” (como as empresas), não claramente explicitadas, mas bem evidenciadas no texto da proposta sob a denominação equivocada de “demandas sociais”. Nem de longe os problemas sociais da população brasileira, como saúde, educação, habitação, entre outros, são apresentados como demandas. Essa concepção colonial e subserviente de universidade e da produção de conhecimento evidencia desconexão com a realidade social e com as finalidades da universidade pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada assim como com a realidade de estudantes e professores da UNESP, que sequer têm tido condições mínimas adequadas para a realização de suas atividades na instituição, e hoje nem salário garantido, nem permanência estudantil.

7. A atual conjuntura exige de todas as unidades universitárias a elaboração de um diagnóstico próprio, que identifique seus problemas, prioridades e sugestões de encaminhamentos, nas atividades-fim da universidade, estabelecendo questões emergenciais e as prioridades, sob o risco de se perder a possibilidade de avançar diante da crise posta. Essa tarefa deve ser assumida pela faculdade e independe do desfecho das Reformas propostas pela Reitoria.

8. Por fim, reiteramos a **inoportunidade** de uma reforma acadêmica demarcada por esses elementos e comprometida pelo mencionado *Termo de Compromisso* que desconsidera a trajetória democrática dessa Universidade, conquistada por gerações, a duras penas, a ser

lioofilizada por uma gestão que não se pauta pelo Estatuto, pelo PDI e pela democracia da UNESP. A situação requer, portanto, ao menos duas ações urgentes: a convocação, pelo Conselho Universitário, de uma Assembleia Universitária, para definir o presente e o futuro da UNESP; e, de imediato, a rejeição da *Proposta de Sustentabilidade para a Unesp – Parte III – Reforma Acadêmica* e a convocação de uma reunião geral dos colegiados centrais e locais para a definição das prioridades da instituição, pautadas nos interesses e necessidades de todos os que trabalham e estudam nesta instituição, para produzir e transferir conhecimentos em atendimento a demandas **sociais**, de fato.